



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682414 - MG (2021/0232855-5)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
IMPETRANTE : DOUGLAS CARDOSO SILVA
ADVOGADO : DOUGLAS CARDOSO SILVA - MG145195
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : KAREN APARECIDA BACELAR MARCAL (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de KAREN APARECIDA BACELAR MARCAL em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (*Habeas Corpus* n. 1.0000.21.129610-8/000).

A paciente foi presa em flagrante pela prática em tese do crime previsto no art. 33 da Lei n. 11.343/2006. Homologada, a prisão em flagrante foi convertida em prisão preventiva para a garantia da ordem pública, haja vista a gravidade concreta do fato.

O impetrante sustenta a ilegalidade da prisão preventiva, ao argumento de que o decreto prisional funda-se na gravidade abstrata do crime e na alusão a elementos genéricos para justificar o risco da liberdade da paciente para a ordem pública. Alega que não estão presentes os pressupostos do art. 312 do Código de Processo Penal. Defende a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

Afirma que a paciente é mãe de criança menor de 6 anos e, ainda, encontra-se gestante, razão porque entende cabível a substituição da prisão preventiva por domiciliar.

Requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva da paciente com a expedição do alvará de soltura. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a medida liminar, ainda que mediante a aplicação das medidas cautelares do art. 319 do CPP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. INDEFERIMENTO DA LIMINAR NO WRIT ORIGINÁRIO. SÚMULA N. 691 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF. DOMICILIAR. PAI DE CRIANÇA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 318, VI, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - CPP. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE PATENTE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Nos termos expostos na decisão agravada, não se constata nos autos constrangimento ilegal patente, apto a justificar a superação do enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal - STF.

2. Quanto ao pleito de prisão domiciliar, conforme consta da decisão proferida pelo Tribunal de origem, sequer ficou demonstrado que o paciente seria o único guardião da criança, não estando supridas as exigências do art. 318, VI, do CPP.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no HC 672.703/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 22/06/2021, DJe 24/06/2021)

Confira-se, também, a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, sobretudo porque, conforme depreende dos autos, a paciente praticou o tráfico de drogas no mesmo imóvel em que reside com o filho e, quanto à noticiada gravidez, observa-se que o fato não foi submetido à apreciação da origem, de modo que a sua análise nestes autos consumaria indevida supressão de instância.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência